

TENDÊNCIA DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS CONTRA PESSOAS TRANS NO BRASIL, 2015 - 2021

TRENDS IN REPORTS OF INTIMATE PARTNER VIOLENCE AGAINST TRANS PEOPLE IN BRAZIL, 2015 - 2021

Díva Furtado **Lacerda**¹, Monarko Nunes de **Azevedo**²

RESUMO

Introdução: A violência por parceiro íntimo (VPI) é um grave problema de saúde pública, com impactos profundos, especialmente em populações vulneráveis, como pessoas transexuais e transgênero. A notificação desses casos é crucial para entender sua magnitude e implementar políticas eficazes, mas a subnotificação e a invisibilidade nos sistemas de informação persistem, evidenciando lacunas na coleta de dados sensíveis a gênero e identidade. Abordagens interseccionais são urgentes para considerar as múltiplas dimensões de vulnerabilidade, promovendo a visibilidade e o combate à VPI em escala global.

Objetivo: Essa pesquisa busca analisar a tendência das taxas de notificação da violência por parceiros íntimos (VPI) contra pessoas transgênero nas diferentes regiões do Brasil entre 2015 e 2021. **Métodos:** Os dados foram coletados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, considerando identidade de gênero e orientação sexual de pessoas trans com idade entre 20 e 59 anos. As taxas anuais foram calculadas e analisadas com regressão linear, usando Stata 14.0 e para analisar as tendências das taxas de notificação foi utilizado o método Prais-Winsten. **Resultados:** Um total de 3.384 casos foi documentado durante esse período, com contagens anuais variáveis, sendo 717 em 2015; 910 em 2016; 770 em 2017; 157 em 2018; 147 em 2019; 140 em 2020 e 543 em 2021. A distribuição por regiões geográficas revelou o sudeste como a região com a maior prevalência de notificações reportadas (1.756), seguido pelo nordeste (759), sul (415), centro-oeste (256) e norte com (198). A taxa de notificação mais expressiva ocorreu no Nordeste em 2016, com 3,2 casos por 100.000 habitantes. A variação percentual de notificação de violência diminuiu em 52,05% de maneira geral, com reduções significativas observadas no sul (69,28%) e no centro-oeste (61,98%). Em relação à análise da série temporal, todas as cinco regiões apresentaram uma estacionaridade das taxas de notificação da VPI nesse período. **Conclusão:** É possível concluir que, apesar das taxas de notificação de VPI contra pessoas transgênero nas cinco regiões do Brasil terem apresentado uma tendência estacionária, existem discrepâncias regionais na ocorrência dos casos, destacando a necessidade de adaptação das e melhor entendimento sobre a complexidade da questão que exige abordagens holísticas e políticas públicas inclusivas para prevenção e proteção desse segmento populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Violência por parceiro íntimo; Notificação; Sistemas de informação; Pessoas transexuais; Transgênero.

ABSTRACT

Introduction: Intimate partner violence (IPV) is a serious public health problem with profound impacts, especially on vulnerable populations, such as transgender and transsexual people. Reporting these cases is crucial to understanding their magnitude and implementing effective policies, but underreporting and invisibility in information systems persist, highlighting gaps in the collection of gender- and identity-sensitive data. Intersectional approaches are urgently needed to consider the multiple dimensions of vulnerability, promoting visibility and combating IPV on a global scale. **Objective:** This research aims to analyze the trend in reporting rates of intimate partner violence (IPV) against transgender people in different regions of Brazil between 2015 and 2021. **Methods:** Data were collected from the Notifiable Diseases Information System, considering gender identity and sexual orientation of transgender people aged between 20 and 59 years. Annual rates were calculated and analyzed with linear regression, using Stata 14.0, and the Prais-Winsten method was used to analyze trends in notification rates. **Results:** A total of 3,384 cases were documented during this period, with variable annual counts, being 717 in 2015; 910 in 2016; 770 in 2017; 157 in 2018; 147 in 2019; 140 in 2020 and 543 in 2021. The distribution by geographic

regions revealed the Southeast as the region with the highest prevalence of reported notifications (1,756), followed by the Northeast (759), South (415), Central-West (256) and North with (198). The most expressive notification rate occurred in the Northeast in 2016, with 3.2 cases per 100,000 inhabitants. The percentage variation in violence reporting decreased by 52.05% overall, with significant reductions observed in the South (69.28%) and the Midwest (61.98%). Regarding the time series analysis, all five regions presented stationary IPV reporting rates during this period. **Conclusion:** It is possible to conclude that, although IPV reporting rates against transgender people in the five regions of Brazil showed a stationary trend, there are regional discrepancies in the occurrence of cases, highlighting the need for adaptation and better understanding of the complexity of the issue that requires holistic approaches and inclusive public policies for the prevention and protection of this population segment.

KEYWORDS: Intimate partner violence; Notification; Information systems; Transgender people; Transgender.

INTRODUÇÃO

O termo "pessoas trans" abrange uma diversidade de pessoas, cada uma com suas próprias histórias, corpos e formas de autoconhecimento, mas compartilhando a experiência de não se identificarem com o gênero atribuído no nascimento. No Brasil, as identidades oficialmente reconhecidas nos movimentos sociais incluem: travesti, mulher transexual e homem trans¹.

O panorama situacional da violência sofrida pela população trans é um grave problema em todo o mundo, e o Brasil não é uma exceção. Dados oficiais sobre a frequência da violência contra esse grupo populacional podem ser escassos, uma vez que alguns casos não são denunciados ou registrados adequadamente pela vítima. Estudos e relatórios de organizações de direitos humanos e grupos ativistas revelam uma realidade alarmante^{2,3}.

No contexto brasileiro, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) vem realizando um mapeamento sistemático e contínuo da violência contra pessoas trans no país.

Segundo o relatório anual de assassinatos de pessoas trans, no Brasil só em 2022 foram registrados 151 assassinatos de pessoas trans no país naquele ano. Vale ressaltar que esses dados representam apenas a ponta do iceberg, já que muitos casos não são reportados e oficialmente identificados por órgãos governamentais².

A nível mundial, a Transgender Europe (TGEU) publica periodicamente um relatório intitulado "Trans Murder Monitoring" que documenta assassinatos de pessoas trans em todo o mundo. Dados do relatório de 2022, apontam que no período entre janeiro de 2008 a setembro de 2021 um total de 4.042 pessoas trans e de gênero diverso foram assassinadas³.

A América Latina e o Caribe registraram a maioria desses casos, com 222 ocorrências. O Brasil se destaca como o país com o maior número de assassinatos, totalizando 125 casos, demonstrando a gravidade da violência enfrentada pela comunidade trans e a necessidade contínua de ações para prevenir e combater essa violência³.

Pessoas trans enfrentam outras formas de violência, como agressões físicas, abusos verbais, discriminação no acesso à saúde, violência policial e agressões sexuais. É válido destacar que esses dados refletem apenas uma parte do quadro, e a realidade da violência contra pessoas trans é ainda mais ampla e complexa^{4,5}.

Isso acontece porque essas pessoas ocupam uma posição social que abrange múltiplos aspectos de identidade, como raça e etnia, e são frequentemente expostas a sexismo, preconceito, transfobia e racismo. Tal realidade contribui para estigmas sociais que desvalorizam e desacreditam suas identidades perante a sociedade. Como resultado, esses indivíduos enfrentam altos índices de violência e discriminação em várias áreas de suas vidas, incluindo relacionamentos íntimos⁶.

Essa violência por parceiros íntimos (VPI) ocorre quando um parceiro, seja atual ou ex-companheiro, exerce controle e abuso emocional, física, sexual ou financeira da pessoa trans. Essa forma de violência pode ocorrer em relacionamentos heterossexuais, homossexuais ou bissexuais e afeta indivíduos de todos os gêneros dentro da comunidade trans⁴.

Destaca-se que a sociedade discute de forma assídua sobre questões de gênero e é notável que existe uma grande hostilidade por trás da ignorância da população, onde frequentemente travestis, mulheres e homens trans se deparam com atos discriminatórios e preconceituosos, sendo oriundos do estigma decorrente de um histórico de patologização de sua identidade⁷.

Esses estigmas podem levar a um maior risco de violência em relacionamentos íntimos, já que a violência pode ser usada como uma forma de controle para tentar negar ou reprimir a identidade de gênero da pessoa trans⁷.

Além disso, a VPI contra pessoas trans é exacerbada por fatores socioeconômicos, como o acesso limitado a serviços de apoio, emprego e moradia seguros, bem como a falta de conhecimento e sensibilidade dos profissionais de saúde que lidam

com casos de violência doméstica. A falta de recursos e apoio específico para a população trans aumenta de sobremaneira os desafios enfrentados por esses sobreviventes⁸.

Diante dessa realidade preocupante, é necessário conduzir análises temporais para compreender melhor a extensão e a evolução da violência por parceiros íntimos contra a população trans no Brasil. Essa abordagem permite identificar padrões, tendências e variações ao longo do tempo, bem como orientar esforços para prevenção e intervenção adequadas^{9,10}.

No entanto, esse tipo de estudo no Brasil e no mundo são limitados. A pesquisa e a coleta de dados para esse fim ainda estão em estágios iniciais e enfrentam desafios metodológicos, como a subnotificação de casos e a falta de reconhecimento legal e social das identidades de gênero trans¹¹.

A fim de contribuir para a compreensão dos desafios teóricos e práticos que afetam diretamente o cuidado de saúde das pessoas que sofrem VPI, e como uma iniciativa importante para promover a discussão entre a comunidade científica, gestores e demais atores envolvidos no planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para essa população, o presente estudo teve o objetivo de realizar uma análise de série temporal para investigar a situação da VPI contra pessoas trans no Brasil ao longo de um período de sete anos, entre 2015 e 2021.

MÉTODOS

Essa pesquisa se configura como um estudo ecológico de séries temporais das taxas de violência interpessoal por parceiro íntimo envolvendo a população trans com idade entre 20 a 59 anos, residentes nas cinco regiões do país, entre os anos de 2015 a 2021. Esse recorte temporal refere-se aos anos em que foi possível registrar informações sobre orientação sexual e identidade de gênero com completude adequada, conforme alterações realizadas a partir de outubro de 2014^{12,13}.

A população de estudo constituiu-se de indivíduos adultos entre 20 a 59 anos de idade, residentes nas regiões do país no período do estudo. A faixa etária analisada engloba o intervalo que compreende a fase de adulto, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados sobre os casos de violência interpessoal (VIP) foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no site do DataSUS via Ministério da Saúde (MS), de acordo com o Código Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10), com o ID-Y09.

Foram selecionadas as notificações com preenchimento da variável identidade de gênero: travesti, mulher transexual, homem transexual; orientação sexual: heterossexual, homossexual (gays/lésbicas) e bissexual.

A intersecção entre os dois grupos foi possível em casos de indivíduos heterossexuais com identidade de gênero travesti ou transexual. Foram excluídos do estudo os casos de notificação com informações incompletas ou ignoradas.

As taxas anuais de notificação de violência contra adultos a cada 100 mil habitantes, padronizadas por idade, foram calculadas utilizando como denominador a população residente nas cinco regiões do país em cada ano.

Os dados da população residente foram obtidos das estimativas de população realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acessíveis no sítio eletrônico do Departamento de Informática do SUS (DataSUS).

Após realização da tabulação e estruturação dos dados, as taxas e as variações percentuais foram calculadas pelo programa da Microsoft Excel. Para a análise estatística, utilizou-se o software Stata versão 14.0. (Stata Statistical Software: Release 14. College Station, TX: StataCorp LP).

O método de Prais-Winsten para regressão linear generalizada foi aplicado para analisar as tendências das taxas de notificação. Os modelos criados para os logaritmos consideraram as taxas de notificação em cada uma das unidades da federação como variável dependente e o ano de notificação como variável independente. Como adotou-se o nível de significância de 5% para todos os testes estatísticos utilizados, foram considerados relevantes os resultados com valor- $p < 0,05$.

Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de um estudo que utiliza dados secundários, sem identificação dos participantes, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.

RESULTADOS

No período de 2015 e 2021 foram notificados no Brasil 3.384 casos de violência interpessoal por parceiro íntimo (VPI) contra pessoas transgênero autodeclaradas: travesti, mulher trans e homem trans, sendo dessas, 717 em 2015; 910 em 2016; 770 em 2017; 157 em 2018; 147 em 2019; 140 em 2020 e 543 em 2021.

A *figura 1* apresenta uma relação das regiões do Brasil preconizadas pelo IBGE, tem-se que a região sudeste contabilizou 1756 casos notificados no SINAN entre 2015 e 2021, seguida da região nordeste que apresentou 759 casos, região sul com 415 notificações, região centro-oeste com 256 casos notificados e região norte 198 no período em estudo.

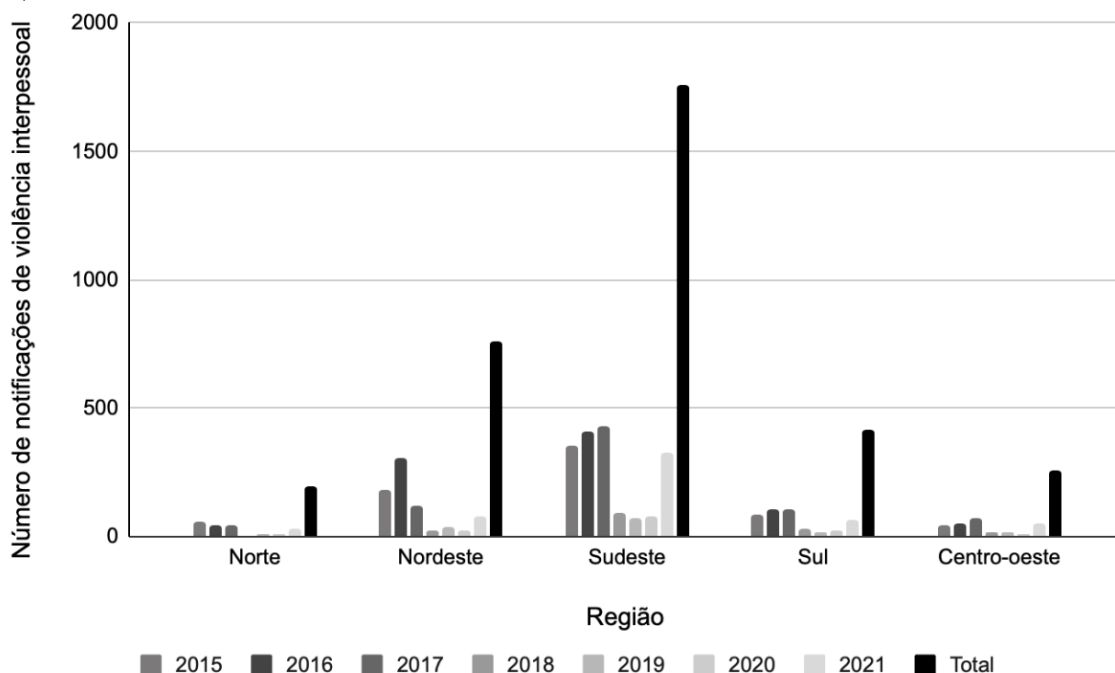
A *figura 2* representa a magnitude das taxas de notificação do país por cada uma das regiões. As maiores taxas de notificação de VPI contra pessoas trans foram observadas na região nordeste no ano de 2016 (1,0/100 mil habitantes) e na região sudeste em 2021 (0,8/100 mil habitantes).

De maneira geral, houve uma redução total de 28,4% na taxa de notificação de violência no país entre 2015 e 2021. A região com maior redução na variação percentual total foi a região nordeste (-60,3%) e a região com menor redução foi a região sudeste (-10,8%).

A região centro-oeste foi a única que apresentou um aumento na variação percentual (0,6%) *figura 3*.

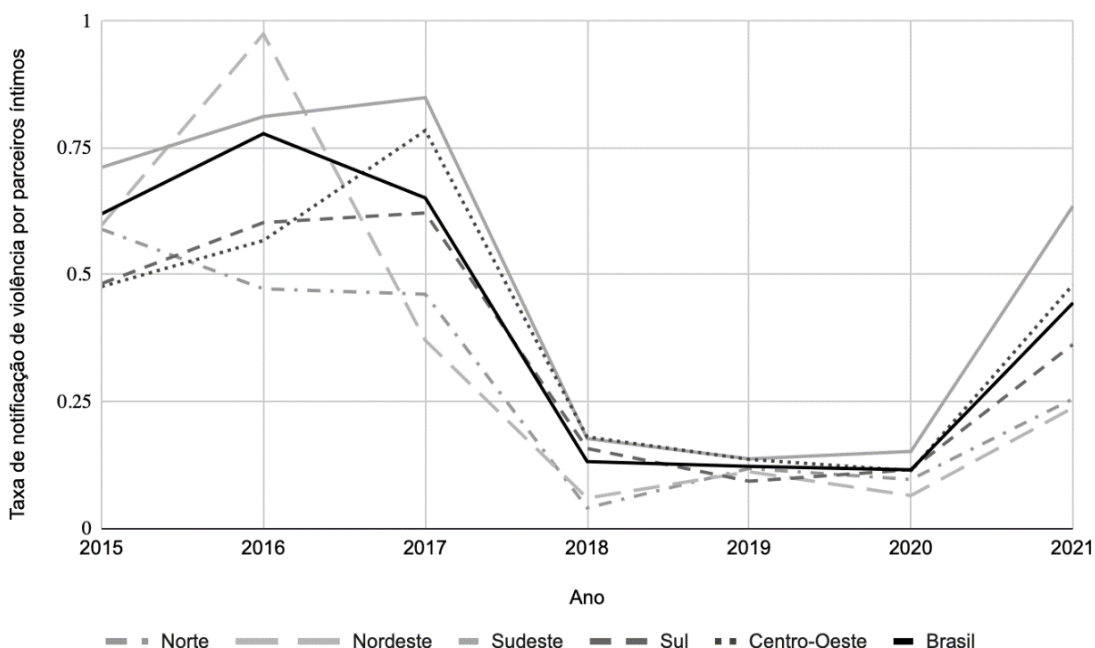
A análise das tendências das taxas de notificação mostrou que a notificação de violência contra população trans apresentou uma tendência estacionária para todas as regiões do país (*tabela 1*).

Figura 1. Número de notificações de violência interpessoal por parceiro íntimo contra a população transgênero segundo a região do país. Brasil, 2015 a 2021.



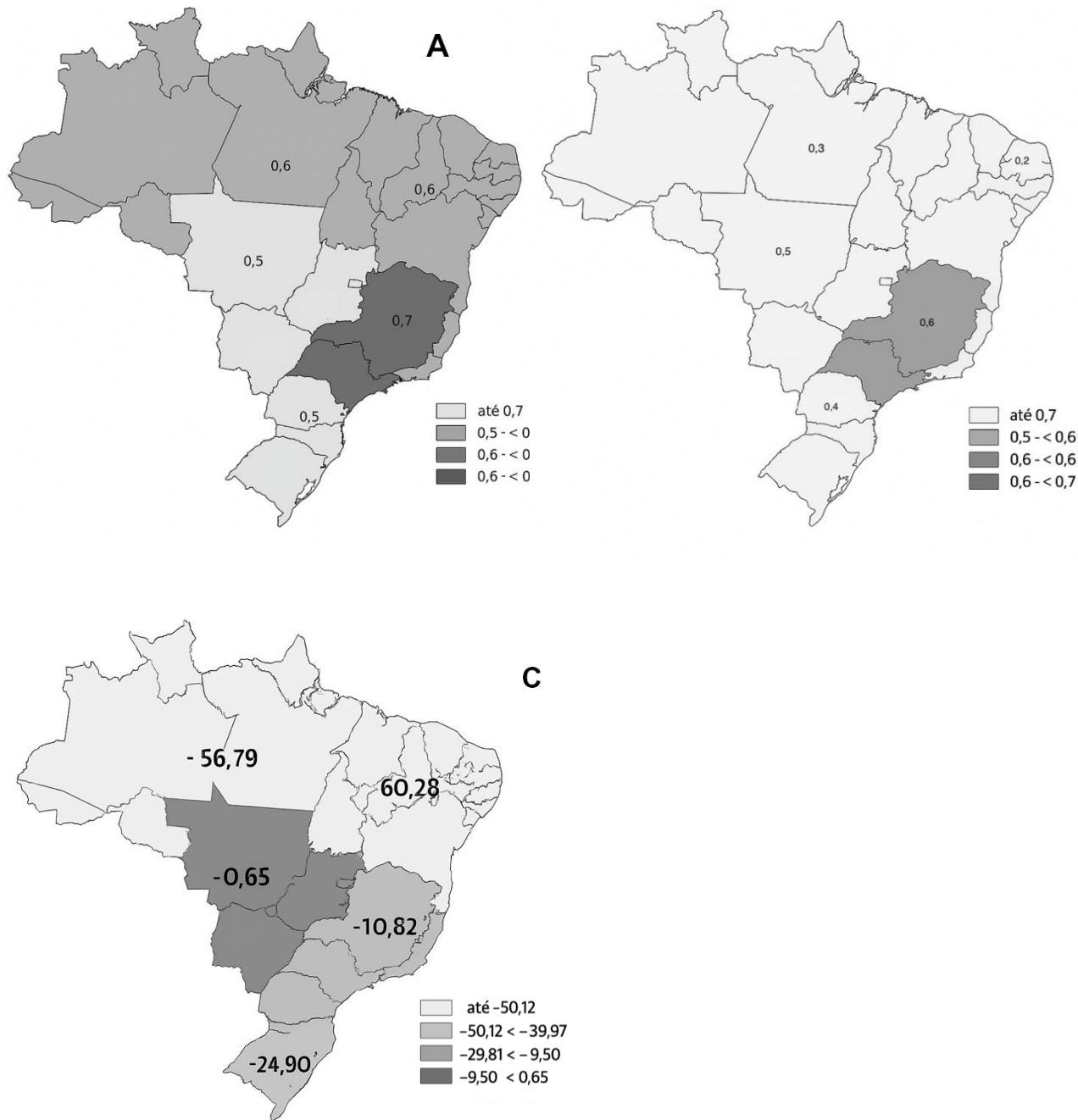
Fonte: SINAN/MS (2015 a 2021).

Figura 2. Taxa de notificações de violência interpessoal por parceiro íntimo contra a população transgênero segundo a região do país. Brasil, 2015 a 2021.



Fonte: SINAN/MS (2015 a 2021).

Figura 3. Distribuição geográfica das taxas de notificação de violência por parceiros íntimos contra a população transgênero por regiões do país, Brasil, 2015 a 2021.



Legenda: A. Taxa de notificação de violência do ano de 2015. B. Taxa de notificação de violência do ano de 2021. C. Variação percentual das taxas de notificação entre os anos de 2015 e 2021.

Fonte: SINAN/MS (2015 a 2021).

Tabela 1. Tendência das taxas de notificação de VPI contra pessoas transgênero a cada 100 mil habitantes. Brasil 2015 a 2021.

REGIÕES	<i>b</i>	TIA (%)	LI	LS	<i>p</i> -valor	Tendência
Norte	-0.11	-23	-48	15	0.170	---
Nordeste	-0.15	-29	-53	6	0.093	---
Sudeste	-0.07	-15	-44	29	0.376	---
Sul	-0.08	-16	-39	16	0.317	---
Centro-Oeste	-0.08	-17	-40	14	0.206	---
Brasil	-0.09	-19	-45	21	0.261	---

Fonte: SINAN/MS (2015 a 2021). TIA (%): taxa de incremento anual; LI(IC95%): limite inferior do intervalo de confiança de 95% da TIA; LS(IC95%): limite superior do intervalo de confiança de 95% da TIA.

DISCUSSÃO

A VPI tem um impacto devastador na vida das vítimas, abrangendo desde traumas físicos e psicológicos imediatos até efeitos de longo prazo que afetam a saúde mental, a autoestima, os relacionamentos interpessoais, a estabilidade financeira e até mesmo o desenvolvimento de crianças envolvidas.

Essa forma de violência cria um ciclo de medo, isolamento e dependência, tornando fundamental o acesso a apoio, recursos e intervenções efetivas para ajudar as vítimas a se recuperarem e reconstruírem suas vidas¹⁴.

Tal agravamento pode ser particularmente grave na vida das pessoas trans, pois, além dos efeitos físicos e emocionais comuns a todas as vítimas, essas pessoas também podem enfrentar uma violência motivada por transfobia, que agrava ainda mais o trauma sofrido^{5,15,16}.

A violência pode ter consequências devastadoras para a identidade de gênero e autoaceitação, aumentando a vulnerabilidade para o isolamento social e dificuldade no acesso a recursos e apoio adequados^{17,18}.

Assim como neste estudo, a situação envolvendo a VPI contra pessoas trans e os desafios para o seu enfrentamento têm sido palco do debate, uma vez que a mesma denota preocupação por parte de outros pesquisadores e estudiosos do tema^{18,19,20}.

Não obstante, é válido ressaltar que essas pesquisas não fizeram uma análise de série temporal, como na presente pesquisa, que permitisse identificar padrões, tendências e ciclos presentes nos dados da violência ao longo do tempo^{19,20}.

Com o advento dos dados do presente estudo foi possível observar uma tendência estacionária das taxas de notificação de VPI contra pessoas trans nas diferentes regiões do país durante o período analisado.

O fato de não ter havido uma diminuição dessas taxas pode ser atribuído a fatores como subnotificação, barreiras institucionais, descrença no sistema de justiça, cultura de silêncio e possíveis mudanças nas dinâmicas sociais. Tais elementos dificultam a identificação e registro dos casos de violência, revelando a necessidade de promover um ambiente seguro e acolhedor para que as vítimas possam denunciar e buscar ajuda quando necessário²⁰.

Ademais, outros fatores que podem ter contribuído com a estacionariedade das taxas de notificação são o estigma e preconceito ainda presentes na sociedade, a falta de reconhecimento legal e institucional abrangente, a baixa conscientização e capacitação de profissionais de saúde e a subnotificação da violência, resultando em dados limitados sobre o problema^{4,14}.

É considerável que esse resultado não significa que a violência não esteja ocorrendo, mas sim que há obstáculos para a sua identificação e registro adequado. A fim de entender plenamente a realidade da violência interpessoal contra a população trans, é necessário abordar essas barreiras e promover um ambiente seguro e acolhedor para que as vítimas possam denunciar e buscar ajuda quando necessário²¹.

Esses resultados reforçam a necessidade urgente de se promover a conscientização, combater o estigma, fortalecer a proteção legal, capacitar profissionais e melhorar a coleta de dados para enfrentar essa violência e garantir a segurança das pessoas transgênero⁸.

Em síntese, a VPI é considerada um atentado aos direitos humanos, à vida e à integridade física do ser humano. Configurada como um problema de saúde pública, e intrinsecamente relacionada à política social, cultural e estrutural, alicerçada no patriarcado, compreendida como estrutura dominante baseada no poder e na subordinação, perpetrada pelo homem, explorada e violentada por ele²².

No decurso que compreendeu a presente pesquisa, não se identificou iniciativas para melhorar a qualidade e a especificidade dos dados sobre violência produzidos pelas pastas da Saúde e dos Direitos Humanos, ou de se começar a produzi-los no caso da Segurança Pública.

O próprio Atlas da Violência 2021 apontou para a urgência da produção, sistematização e publicização de dados e indicadores de violência contra população trans no Brasil, já que o recenseamento que seria realizado naquele ano não contaria com perguntas relativas à identidade de gênero e orientação sexual^{23,24,25}, notificação de violência doméstica, sexual e outras violências para todos os serviços de saúde também é universalizada no país.

Todavia, é notável ressaltar que alguns desses programas mencionados não levam completamente em consideração as especificidades e necessidades particulares da população trans. Apesar dessas iniciativas serem fundamentais para a prevenção da VPI de forma geral, a população trans pode enfrentar desafios únicos relacionados à sua identidade de gênero e orientação sexual²⁶.

O presente estudo identificou uma expressiva diminuição nas taxas de notificação da VPI contra pessoas trans a partir de 2018, fato que aponta a pandemia do COVID-19 como a principal relação entre a redução das notificações e consequentemente, dificuldades na manutenção do sistema de vigilância epidemiológico. A subnotificação desempenha um

papel relevante, devido a barreiras sociais, culturais e institucionais, que fazem com que muitas vítimas se sintam inseguras e receosas em denunciar casos de violência sofridos²⁷.

Além do mais, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e dos serviços de assistência em reconhecer e registrar adequadamente esses episódios também contribui para a subnotificação²⁵.

No contexto histórico do país, por hora a entrada de um governo mais conservador, pode ter impactado negativamente a proteção e o apoio à população trans devido a políticas restritivas em relação aos direitos LGBTQIA+. A redução do financiamento de programas de proteção, o enfraquecimento de instituições e o desencorajamento da discussão sobre questões LGBT podem aumentar tanto as subnotificações, devido aos discursos de ódio, quanto a vulnerabilidade dessa população à violência.

É interessante notar a presença crescente de discursos contra a comunidade LGBT, mesmo após a conquista da criminalização da homofobia e transfobia pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2019¹².

No cenário brasileiro, ainda não está claro se o conservadorismo econômico influencia o aumento do conservadorismo social ou se ocorre o contrário. Apesar disso, é essencial que a sociedade se mobilize para promover a igualdade, a diversidade e a proteção dos direitos de todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou idade²⁸.

No decorrer de 2018 a 2020, as taxas de notificação da violência permaneceram baixas, possivelmente devido ao contexto pandêmico da Covid-19, que pode ter levado a uma subnotificação dos casos pelas dificuldades enfrentadas pelas vítimas para denunciar e registrar as violências nos espaços de saúde. Embora estudos anteriores não tenham confirmado essa relação, as restrições impostas pela pandemia podem ter contribuído para este cenário²⁸.

No entanto, com a flexibilização das medidas de prevenção em 2021, o presente estudo aponta um aumento significativo nos episódios de VPI, possivelmente relacionado ao aumento da interação social, impactos econômicos e sociais, estresse emocional e possíveis efeitos na saúde mental das pessoas²⁹.

Esse aumento foi observado em todas as regiões, com algumas apresentando suas maiores taxas de notificação dentro do período estudado. Após quase dois anos de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, a saúde mental da população global já estava severamente afetada. Nesse contexto, é possível argumentar que a comunidade trans sofreu um impacto ainda maior devido à instituição de medidas como o lockdown e a proibição de aglomerações sociais, privando muitas pessoas de lares menos acolhedores do contato presencial com lugares e grupos que lhes serviam de apoio psicoemocional^{28,29}.

Além disso, o aumento da presença de discursos de ódio nas redes sociais, consequente do aumento da atividade de grupos disseminadores de *fake news* nessa época, pode ter minado ainda mais a saúde mental daqueles que os utilizavam²⁹.

Um desafio importante deste estudo foi a falta de dados demográficos específicos da população trans no Brasil, o que dificultou uma análise mais detalhada e precisa sobre o grupo populacional de pessoas trans em risco de sofrer VPI. Isso ocorre devido à ausência de perguntas específicas em pesquisas e censos, bem como devido ao medo de discriminação, estigma, desinteresse e falta de prioridade, além de dificuldades metodológicas e visões conservadoras³⁰.

Embora o presente estudo tenha abordado a questão usando dados demográficos da população brasileira em geral para fornecer uma visão aproximada sobre a situação da VPI contra pessoas trans em diferentes regiões do Brasil, é essencial enfatizar que esses dados não substituem a necessidade de informações demográficas específicas.

Outra limitação deve ser considerada para esta pesquisa, como a impossibilidade de estabelecer uma relação de causalidade devido ao uso de dados agregados, o que não permitiu análises individuais. Além disso, os dados coletados através de planilhas autorreferidas podem estar sujeitos a viés de informação ou erros de preenchimento.

Também é relevante destacar que o estudo é um dos primeiros a descrever e analisar os casos de VPI contra pessoas trans durante o período de pandemia, e as peculiaridades desse período podem ter influenciado a análise de forma significativa³¹. No entanto, é importante ressaltar que o estudo foi realizado com uma amostra representativa e seguindo rigor metodológico em suas etapas de condução.

CONCLUSÃO

É possível concluir que, apesar das taxas de notificação de VPI contra pessoas trans nas cinco regiões do Brasil terem apresentado uma tendência estacionária, por existirem discrepâncias regionais na ocorrência dos casos, destacando a necessidade de adaptação e melhor entendimento sobre a complexidade da questão que exige abordagens holísticas e políticas públicas inclusivas para prevenção e proteção desse segmento populacional.

A análise anual das notificações reportadas de VPI contra pessoas trans revela oscilações significativas ao longo do período estudado. O aumento expressivo entre 2016 e 2017 parece ser uma consequência direta de um contexto político mais

conservador ou mesmo da crescente conscientização sobre os direitos LGBT e da disponibilidade de canais para denúncias. No entanto, as flutuações subsequentes nos anos seguintes ressaltam a persistência do desafio na luta contra esse problema.

É expressivo as diferenças regionais nas taxas de notificação, o que destaca a importância de considerar as particularidades geográficas e culturais na formulação de políticas públicas e estratégias de combate à violência.

Enquanto a região centro-oeste enfrenta desafios persistentes para reduzir as taxas de violência, as demais regiões apresentam uma redução substancial na variação percentual das notificações. Essa heterogeneidade resalta a necessidade de abordagens personalizadas, adaptadas às circunstâncias locais.

Ao analisar as tendências das notificações de violência por região, torna-se evidente que todas as regiões mantiveram taxas estacionárias ao longo do período. Isso enfatiza a complexidade do problema, que é influenciado por diversos fatores contextuais, incluindo elementos socioeconômicos, culturais e políticos. Compreender esses fatores é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e duradouras.

No entanto, é importante reconhecer que os dados apresentados podem subestimar a verdadeira extensão da VPI contra pessoas trans no Brasil, devido à subnotificação, ao estigma e à falta de conscientização.

Portanto, é vital adotar uma abordagem abrangente, abarcando sensibilização da sociedade, capacitação profissional e implementação de políticas preventivas e de proteção.

AFILIAÇÃO

1. Enfermeira, Mestra em Saúde Coletiva, Cardiologista e Hemodinamicista, Residente em Urgência e Emergência (HC-UFG/EBSERH). Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG). Contato: divalacerda@discente.ufg.br
2. Cirurgião-Dentista, Doutor, Professor Adjunto de Saúde Coletiva do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG). Contato: monarko@ufg.br

ACESSO ABERTO



Este artigo está licenciado sob Creative Commons Attribution 4.0 International License, que permite o uso, compartilhamento, adaptação, distribuição e reprodução em qualquer meio ou formato, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(is) e à fonte, forneça um *link* para o Creative Licença Commons e indique se foram feitas alterações. Para mais informações, visite o site creativecommons.org/licenses/by/4.0/

REFERÊNCIAS

1. Ciasca SV, Hercowitz A, Lopes Júnior A. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole; 2021. v. 1, 604 p.
2. Trans Murder Monitoring: research project systematically monitors, collects, and analyses reports of homicides of trans and gender-diverse people worldwide. Viena, Austria: TGEU; 2015 (citado em 2 Set 2023). Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/10/TMM-PR-IDAHOT2015-en.p df>
3. Trans Murder Monitoring: research project systematically monitors, collects, and analyses reports of homicides of trans and gender-diverse people worldwide, Viena, Austria: TGEU; 2022 (citado em 2 Set 2023). Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2023/11/TvT_TMM_TDoR2023_Nameli st.pdf
4. Krug EG, Mercy JA, Dahlberg LL, Zwi AB. The world report on violence and health. *Lancet* [Internet]. 2002 (citado em 10 Out 2022);360(9339):1083-8. doi: 10.1016/S0140-6736(02)11133-0. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(02\)11133-0/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(02)11133-0/abstract)
5. Kurdyla V, Messinger AM, Ramirez M. Transgender intimate partner violence and help-seeking patterns. *J Interpers Violence* [Internet]. 2021 (citado em 12 Jun 2022);36(19-20):NP11046-NP11069. doi: 10.1177/0886260519880171. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260519880171?url_v er=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%200pubmed
6. Wiginton JM, Maksut JL, Scheim AI, Zlotorzynska M, Sanchez TH, Baral SD. Intersecting sexual behavior and gender identity stigmas among transgender women in the United States: burden and associations with sexual health. *AIDS Behav* [Internet]. 2023 (citado em 10 Out 2023);27(9):3064-3079. doi: 10.1007/s10461-023-04028-w. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10034890/pdf/10461_2023_Articl e_4028.pdf
7. Silva AF, Gomes NP, Pereira Á, Magalhães JRF, Estrela FM, Sousa AR, et al.. Social attributes of the male that incite the violence by intimate partner. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2020 (12 Jun 2022);73(6):e20190470. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0470>
8. Selles BRS, Almeida PF, Ahmad AF, Lemos A, Ribeiro CR. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. *Saúde Debate* [Internet]. 2022 (citado em 3 Jun 2023);46(spe6):148-61. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E613>.
9. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 [Internet]. Brasília, DF: ANTRA; 2022 (citado em 15 Ago 2022). Disponível em: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>
10. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada [Internet]. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde; 2016 (citado em 10 Jun 2022). 92 p. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf
11. Moroskoski M, Brito FAM, Queiroz RO, Higarashi IH, Oliveira RR. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. *Cienc Saude Coletiva* [Internet]. 2021;26:4993-5002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020>
12. Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. 13ª Conferência Nacional de Saúde: saúde e qualidade de vida: políticas de Estado e desenvolvimento: relatório final, Conselho Nacional de Saúde [Internet]. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde; 2009 (citado em 10 Maio 2022). 246 p. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_13_cns_p 1.pdf

13. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada [Internet]. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde; 2016 (citado em 10 Jun 2022). 92 p. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf
14. Dicola D, Spaar E. Intimate partner violence. *Am Fam Physician* [Internet]. 2016 (citado em 12 Jun 2022);94(8):646-651. Disponível em: <https://www.aafp.org/pubs/afp/issues/2016/1015/p646.pdf>
15. Kurdyla V. Disclosure experiences for transgender and nonbinary survivors of intimate partner violence. *J Homosex* [Internet]. 2023 (citado em 12 Jun 2022);70(3):473-496. doi: 10.1080/00918369.2021.1990687. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2021.1990687?scroll=top&needAccess=true>
16. Messenger AM, Kurdyla V, Guadalupe-Díaz XL. Intimate partner violence help-seeking in the U.S. *Transgender Survey*. *J Homosex* [Internet]. 2022 (citado em 12 Jun 2022);69(6):1042-1065. doi: 10.1080/00918369.2021.1901506. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2021.1901506>
17. Henry RS, Perrin PB, Coston BM, Calton JM. Intimate partner violence and mental health among transgender/gender nonconforming adults. *J Interpers*
18. Malta M, Silva AB, Silva CMF, LeGrand S, Seixas M, Benevides B, Kalume C, Whetten K. Addressing Discrimination and violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer (LGBTQ) persons from Brazil: a mobile health intervention. *Res Sq* [Preprint] [Internet]. 2023;rs.3.rs-2034975. doi: 10.21203/rs.3.rs-2034975/v1. Update in: *BMC Public Health*. 2023 Oct 23 (citado em 11 Jun 2023);23(1):2069. doi: 10.1186/s12889-023-16857-4. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10081355/pdf/nihpp-rs2034975v1.Pdf>
19. Bermea AM, Slakoff DC, Goldberg AE. Intimate partner violence in the LGBTQ+ Community: experiences, outcomes, and implications for primary care. *Prim Care* [Internet]. 2021 (citado em 10 Jun 2023);48(2):329-337. doi: 10.1016/j.pop.2021.02.006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S009545432100087?via%3Dihub>
20. Berke DS, Collins ML. Toward a Community-Led, Public Health approach to multilevel violence prevention for black and brown transgender and gender-diverse communities. *Am J Public Health* [Internet]. 2023 (citado em 10 Jun 2023);113(S2):S115-S118. doi: 10.2105/AJPH.2023.307221. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10282856/pdf/AJPH.2023.307221.Pdf>
21. Arayasirikul S, Turner C, Trujillo D, Licro SL, Scheer S, Mcfarland W, Wilson EC. A global cautionary tale: discrimination and violence against trans women worsen despite investments in public resources and improvements in health insurance access and utilization of health care. *Int J Equity Health* [Internet]. 2022 (citado em 10 Jun 2023);21(32). Disponível em: <https://equityhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-022-01632-5>
22. Vasconcelos NM, Andrade FMD, Gomes CS, Bernal RTI, Malta DC. Violência física contra mulheres perpetrada por parceiro íntimo: análise do VIVA Inquérito 2017. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2022 (citado em 3 Jun 2023);27(10):3993-4002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.0816202>
23. Cerqueira C, Lotin SE, Figueiredo I, Trindade J, Marlene B, Spaniol I, Ferreira P, Santos PT, Caldeira C, Dias N, Leal M, Teixeira B. Atlas da Violência [Internet]. Brasília, DF: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), FNBS (Fórum Brasileiro de Segurança Pública); 2021 (citado em 25 Ago 2023). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>
24. Ferreira DG, Bortoli MC, Peixe-Machado P, Saggese GSR, Veras MA. Sexual violence against men in Brazil: underreporting, prevalence, and associated factors. *Rev Saude Publica*. 2023 (citado em 3 Jun 2023);57:23. Disponível em: <https://www.scielo.br/rsp/a/GqJF6j6tRCN4QX6jSjsnsL/?format=pdf&lang=en>
25. Luz A, Vantine B, Ferias E, Paixão F, Gomes H, Magalhães L, Lindenmeyer L, et al. Política de equidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz; 2023. v. 23, p. 20-32.
26. Gray SS, Sizemore KM, Rendina HJ. Coping strategies as a moderator for the association between intimate partner violence and depression and anxiety symptoms among transgender women. *Int J Environ Res Public Health* [Internet]. 2023 (citado em 3 Maio 2023);20(11):5927. doi: 10.3390/ijerph20115927. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10253188/>
27. Bidarte MVD, Canto LGS, Rodrigues MB. Travestis and transsexuals in the fantastic special report: Male Prison Units are not the "Show of Life". *Organ Soc* [Internet]. 2023 (citado em 3 Jun 2023);30(104):45-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0002EN>
28. Adamson T, Lett E, Glick J, Garrison-Desany HM, Restar A. Experiences of violence and discrimination among LGBTQ+ individuals during the COVID-19 pandemic: a global cross-sectional analysis. *BMJ Glob Health* [Internet]. 2022 (citado em 3 Jun 2023);7(9):e009400. doi: 10.1136/bmjgh-2022-009400. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9494011/pdf/bmjgh-2022-009400.pdf>
29. Lee JJ, Katz DA, Kerani RP, Lerner JE, Baral SD, Sanchez TH. Physical violence and psychological distress among asian and pacific islander sexual minority men in the United States before and during the COVID-19 pandemic. *LGBT Health* [Internet]. 2022 (citado em 3 Jun 2023);9(6):418-425. doi: 10.1089/lgbt.2021.0418. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9499447/pdf/lgbt.2021.0418.pdf>
30. Cruz BA, Querichelli AFA, Uback L, Lima ARA, André JC. Are we preparing future doctors for assistance in situations of violence with a focus on gender and non-heterosexual sexualities? Report of a diagnostic educational "experience". *Interface - Comunic, Saúde, Educ* [Internet]. 2023 (acesso em 14 Jun 2022);27:e220098. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ztcMNFSNdG6dh8cztQthrck/?format=pdf&lang=pt>
31. Carvalho VA. A interface jurídica da obra/documentário "Indianara" e o desamparo das pessoas trans no Brasil. *Avant* [Internet]. 2024 [citado em 13 Jun 2023];7(1):224-39. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6359/6629>